

Fontes de Apoio Social em contextos de pobreza: o que dizem as comunidades rurais?

Veronica Morais Ximenes

Maria Aparecida Alves Sobreira Carvalho

Kelly da Silva Alves

Bibiana Cardoso Bacelar

David Maia Laurindo do Vale

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo compreender as fontes de apoio social utilizadas pelos moradores de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil, analisadas como estratégias de enfrentamento às situações de opressão decorrentes da pobreza. Foram realizados 14 grupos focais, analisados em quatro dimensões: apoio familiar, apoio comunitário, apoio religioso e apoio institucional, com a utilização do *software Atlas ti 5.2*. Os resultados apontam que a família é o apoio diante de situações de angústia e privações decorrentes dos contextos de pobreza, reiterando a sua função no suporte emocional e na segurança material. O apoio comunitário se relaciona também ao apoio emocional e à partilha dos bens disponíveis, com poucas referências às lutas comunitárias. A espiritualidade, analisada como apoio religioso, é um campo de consolo existencial que se amplia a partir da precarização do apoio institucional. Esse apoio institucional, advindo das políticas públicas de saúde, educação e assistência social, apareceu na realidade dessas comunidades, no entanto com algumas dificuldades de funcionamento. Estudar o apoio social em comunidades rurais pobres busca superar os estudos que identificam a pobreza apenas como ausência, carência ou limitações, esquecendo a existência de espaços de potencialidades e enfrentamento.

Palavras-chave: Apoio Social; Ambientes Rurais; Pobreza.

ABSTRACT

Sources of Social Support in contexts of poverty: what do rural communities say?

This article aims to understand the sources of the social support used by residents of rural communities in the Northeast, North, and South regions of Brazil, analyzed as strategies to confront situations of oppression resulting from poverty. A total of 14 focus groups were analyzed in four dimensions: family support, community support, religious support, and institutional support using the *Atlas software 5.2*. The results indicate that the family is supportive of situations of distress and deprivation arising from the contexts of poverty, reiterating its role in emotional support and material security. Community support also relates to emotional support and the sharing of available assets, with few references to community struggles. Spirituality, analyzed as religious support, is a field of existential consolation that expands from the precariousness of institutional support. This institutional support, coming from the public policies of health, education, and social assistance, has appeared in the reality of these communities, but with some difficulties in functioning. Studying social support in poor rural communities seeks to overcome studies that identify poverty only as an absence, lack, or limitations, forgetting the existence of spaces of potentialities and coping.

Keywords: Social Support; Rural Settings; Poverty.

Sobre os autores

V. M. X.
orcid.org/0000-0003-3564-8555
Universidade Federal do Ceará –
Fortaleza, CE
vemorais@yahoo.com.br

M. A. A. S. C.
orcid.org/0000-0003-2055-955X
Instituto Federal de Educação,
Ciência e Tecnologia da Paraíba
– Sousa, PB
apsobreira1@hotmail.com

K. S. A.
orcid.org/0000-0001-9317-9748
Universidade Federal do Ceará –
Fortaleza, CE
Alves_kelly021@outlook.com

B. C. B.
orcid.org/0000-0002-4478-6792
Universidade Federal do Ceará –
Fortaleza, CE
bibiana.bacelar@gmail.com

D. M. L. V.
orcid.org/0000-0001-8506-8028
Universidade Federal do Ceará –
Fortaleza, CE
david_maia_@hotmail.com

Direitos Autorais

Este é um artigo de acesso aberto e pode ser reproduzido livremente, distribuído, transmitido ou modificado, por qualquer pessoa desde que usado sem fins comerciais. O trabalho é disponibilizado sob a licença Creative Commons CC-BY-NC.



O estudo do apoio social torna-se importante por configurar uma estratégia utilizada pelos sujeitos diante das adversidades diárias sofridas, como possibilidade de compreender as respostas cognitivas, comportamentais e afetivas utilizadas para enfrentar o estresse em uma vida de privações relacionadas ao contexto de pobreza (Silva et al., 2016).

Gonçalves et al. (2011), ao realizarem uma revisão sobre o apoio social em estudos brasileiros, identificaram uma diversidade de terminologias e imprecisões na utilização dos termos apoio social, rede de apoio social, suporte social e redes sociais. Para esses autores, existem similaridades entre os três primeiros termos, apoio social, rede de apoio social e suporte social por representar os aspectos qualitativos das relações sociais como os tipos de contexto, os atores envolvidos nas interações e as funções que assumem para os indivíduos. O termo rede de apoio social expressaria a dimensão quantitativa das relações sociais como o número e o tipo dos relacionamentos, sua duração, a frequência, a diversidade, a densidade e a reciprocidade.

Nesse artigo, utilizaremos o termo apoio social como sinônimo de suporte social, por identificar muitas similaridades em suas concepções e função. Adotamos o conceito de apoio social proposto por Valla (2000, p. 41) como “qualquer informação, falada ou não, e/ou auxílio material oferecido por grupos e/ou pessoas que se conhecem e que resultam em efeitos emocionais e/ou comportamentos positivos”. Para o autor, é um processo de reciprocidade, gestado em relações de solidariedade que contribui para uma sensação de coerência e controle da vida.

O apoio social é amplamente pesquisado em estudos no campo da saúde, de forma especial na Medicina Preventiva, Psiquiatria e Enfermagem (Valla, 2000) sendo destacado também por sua importância em contextos de vulnerabilidade social e saúde mental (Gonçalves et al., 2011; Silva et al., 2018). Entendemos que a sua discussão é necessária também no âmbito da Psicologia e de forma específica no campo rural, onde encontramos situações de maior vulnerabilidade pelos contextos de pobreza. Esse processo tem ficado invisível aos psicólogos, apesar do aumento de sua inserção no campo rural, pois ainda insistem em uma discussão teórica e metodológica de concepção urbana de ciência e profissão, afastada da crítica sobre os novos sentidos da ruralidade e suas implicações (Silva & Macedo, 2017).

Destacamos o apoio social, como estratégia de enfrentamento utilizado pelas comunidades, que permite ao sujeito sentir-se parte de um sistema social, tecido pelos vínculos criados que sustenta o desenvolvimento de recursos necessários para dar conta de diversas tarefas, dando sentido às ações e práticas de cuidado (Meneses, 2010). De forma específica, nas comunidades rurais, a rede de afetos e a pro-

ximidade são estratégias utilizadas para o enfrentamento de diversas situações de opressão, como a fragilidade do acesso aos serviços de saúde, educação, cultura, lazer, alimentação e transporte, favorecendo pelo contexto de sofrimento, o aumento de doenças crônico-degenerativas, abuso de álcool e morbidades psiquiátricas (Dantas et al., 2018).

Diante de um cenário de pobreza nos contextos rurais, faz-se necessária uma reflexão que rompa com os padrões de compreensão da subjetividade humana a partir de um referencial urbano. Esse artigo tem como objetivo compreender as fontes de apoio social utilizadas pelos moradores de comunidades rurais nas regiões Nordeste, Norte e Sul do Brasil, analisadas como estratégias de enfrentamento às situações de opressão decorrentes da pobreza.

APOIO SOCIAL: CONCEITO E TIPOS

De acordo com Valla (1999), o conceito de apoio social tem suas raízes no desenvolvimento da medicina no Ocidente, onde os fisiologistas defendiam a unicidade entre o corpo e a mente em sua integração ao meio ambiente como forma de explicar o processo da saúde-adoecimento. Esse tema ressurge no debate da saúde pública na década de 1980, onde se discute como a globalização e os processos de desigualdades sociais impactaram na diminuição do acesso aos serviços públicos de qualidade. Com o aumento da demanda de acesso e a diminuição de investimentos na saúde, discutir o apoio social pode ser compreendido como o poder utilizado pelas classes populares para enfrentar um capitalismo dominante e excludente (Valla, 2000).

Nessa mesma linha, Gonçalves et al. (2011) apontam que os estudos brasileiros sobre apoio social foram unânimes ao indicar a sua importância para manutenção da saúde física e mental das pessoas “considerando como fatores protetivos e promotores de saúde, auxiliando no enfrentamento de situações específicas como doenças crônicas ou agudas, estresse, crise desenvolvimental e vulnerabilidade social ou física” (p. 1759).

Outra característica do apoio social é a reciprocidade, lembrando que não exige a troca do mesmo apoio recebido, pois os sujeitos podem receber “apoio emocional e se sentir acolhidos e, em outro momento, retribuir com apoio informativo ao fornecer informações que possam ajudar outros sujeitos a resolver conflitos e tomar decisões na vida” (Lacerda, 2010, p. 53). Fornecer o apoio não é função de lideranças ou pessoas de destaque ou qualificação específica, para Meneses (2010) toda pessoa pode ser fonte de apoio, quando ajuda aos outros a mobilizar seus próprios recursos psicológicos para lidar com as tensões, compartilha suas tarefas e obrigações e fornece conselhos e ajuda material em situações de necessidade que causam estresse.

Silva et al. (2016) identificam quatro fontes de apoio social: a família, a comunidade, a religião e as instituições. Para Silva et al. (2018), o apoio familiar é fonte de afeto e promoção de equilíbrio emocional, aumentando a percepção de autonomia e adaptação. O funcionamento psicossocial da família, para Melo e Frizzo (2017), é alterado em situações de adoecimento e estresse tendo o apoio familiar a capacidade de favorecer o bem estar psicológico, sendo fonte de suporte financeiro além de emocional.

O apoio comunitário, para Silva et al. (2016), é considerado um apoio informal, uma vez que não se dá através de processos institucionais, mas a partir de experiências e histórias compartilhadas por moradores. Abreu et al. (2016) acrescentam que é um aspecto que favorece o fortalecimento da identidade e autoestima dos sujeitos, pautado na vinculação e trocas afetivas quando enfrentam as mudanças e dificuldades de forma conjunta. Esse apoio, enquanto espaço de organização comunitária, favorece a compreensão dos objetivos de uma determinada tarefa possibilitando maior adesão por parte dos integrantes de um grupo, diminuindo o receio de assumir compromisso (Freitas & Montero, 2003).

O apoio religioso é a abertura ao Outro mediado por uma instituição religiosa, que se encontra para práticas de rituais e encontros estabelecidos pela religião, favorecendo a sensação de não estar sozinho, de ser escutado, de poder dividir angústias e reduzir o estresse diante de situações difíceis, assumindo a função de controle e integração social (Silva et al., 2016). Para Valla (2000), tem relação com o desejo de viver uma vida plena, sendo um dos caminhos na busca de explicações e sentidos para a vida. Para esse autor, o aumento na busca do apoio religioso pode ser explicado pela fragilidade do apoio institucional nas comunidades pobres.

Por último, o apoio institucional trata da forma como as instituições são gerenciadas e da forma como prestam assistência aos usuários dos serviços. Para Pereira Júnior e Campos (2014) para que exista apoio institucional, os métodos e estratégias de gestão devem ser orientados para o acolhimento e a ampliação do acesso com qualidade aos serviços. Exigindo uma nova ética nas relações entre os trabalhadores da instituição e destes com as pessoas que usam o serviço na perspectiva da produção de solidariedade e corresponsabilidade (Andrade et al., 2014). Dessa forma, potencializaria a saída do assujeitamento e passividade, podendo utilizar ferramentas que conduzam à autonomia dos sujeitos. Apoio social, contextos rurais e pobreza

O espaço rural muitas vezes é associado a uma visão inferiorizada em oposição ao espaço urbano, entendido como polo de modernização e centro da sociedade (Dantas et al., 2018). Para Ximenes e Moura Júnior (2013), a ruralidade brasileira é marcada por sofrimentos decorrentes da

visão estigmatizada dos moradores e de sua comunidade, espaços marcados pela dificuldade de acesso a políticas públicas e aparelhos governamentais, ao mesmo tempo em que se configuram como contextos de forte sentimento de comunidade, favorecendo maior fonte de apoio social diante de uma realidade de vulnerabilidades. Wanderley (2000) corrobora essa visão ao destacar que algumas das áreas mais fragilizadas dos territórios nacionais, frequentemente coincidem com espaços rurais, que ainda se diferenciam do urbano pela população ter menor acesso aos bens e serviços materiais, sociais e culturais.

Loose e Niederle (2014) destacam a emergência de novas ruralidades reconhecidas pela multifuncionalidade e pluriatividade, com novos modos sociais e de trabalho, outra relação homem-natureza que se distancia da imagem vigente de subordinação do campo à cidade e supervalorização das culturas urbanas. O despontar de inúmeras transformações sociais, econômicas, culturais e espaciais dialogam com a valorização crescente dos espaços rurais e o reconhecimento das limitações do modelo urbano (Silva & Macedo, 2017).

Destacamos que os contextos rurais não se apresentam de forma homogênea por apresentar uma construção histórica e social diferenciada, além das diferenças geográficas. Podemos falar em ruralidades ao reconhecer as identidades e modos de vida de cada contexto, onde as fontes de apoio social podem se caracterizar de formas diferentes. Buainain, et al. (2013) afirmam que o Nordeste tem elevada taxa de analfabetismo nas áreas rurais, com fragilidade nos indicadores de inserção produtiva e uma grande defasagem no acesso à água e o esgotamento sanitário nos domicílios. Mas essa fragilidade não tem uma permanência contínua, pois a pobreza rural no Nordeste caiu significativamente no período de 1995 à 2012 com aumento do acesso à educação, habitação, emprego, renda e bens de consumo, por outro lado as dimensões de saúde e saneamento apresentam intensa precarização (Mattos & Santos, 2017). As regiões rurais do Norte apresentam uma situação semelhante às da região Nordeste com baixa inserção produtiva dos trabalhadores, dificuldade no acesso ao esgotamento sanitário, à água tratada e energia elétrica, altas taxas de defasagem escolar e aumento do trabalho infantil (Buainain et al., 2013). A região Sul do país, em comparação com a região Norte e Nordeste, apresenta melhores indicadores de escolaridade e condições de habitação, apesar do grande número de denúncias de trabalho infantil (Buainain et al, 2013), bem como insatisfação em relação à inserção produtiva e à renda familiar (Toigo & Conterato, 2017).

Em nosso estudo, a pobreza e a vulnerabilidade unem as três regiões pesquisadas em uma unidade de análise, o que demanda a compreensão de uma abordagem plural, que percebe os contextos rurais como transformação e não somente como um cenário ou espaço geográfico (Silva & Macedo,

2017). Nesse sentido, a compreensão da pobreza deve superar a limitação da dimensão monetária e da privação material, reconhecendo uma combinação de diversas restrições que afeta negativamente os sujeitos na realização de suas potencialidades, em uma perspectiva multidimensional (Sen, 2000), ganhando abrangência ao ser pensada em sua dimensão também simbólica, social, política e ideológica de privação.

MÉTODO

Os dados apresentados nesse artigo são recorte de uma pesquisa maior que buscou compreender, por meio de um estudo comparativo, as implicações psicossociais da pobreza. O foco é o estudo qualitativo de três comunidades rurais situadas na Região Nordeste (Ceará), Sul (Paraná) e Norte (Amazonas) que tem em comum o contexto de ruralidade em situação de pobreza.

Participaram do estudo 150 pessoas das três comunidades, distribuídas em 14 grupos focais, sendo quatro no Ceará com 53 participantes, cinco no Paraná com 40 participantes e cinco no Amazonas com 57 participantes e atenderam aos critérios: ser maior de 18 anos, morar a mais de um ano na comunidade e aceitar participar da pesquisa após assinar o Consentimento Livre e Esclarecido. O grupo participante da pesquisa foi formado em sua maioria por mulheres, que trabalhavam em casa, na roça, servidoras municipais ou aposentadas. No caso dos homens, eram agricultores rurais, comerciantes, servidores municipais e aposentados. Os jovens participantes da pesquisa estudavam em escolas públicas de Ensino Médio e alguns em Escolas Profissionalizantes e Técnicas, poucos cursavam o Ensino Superior e outros tinham trabalhos informais. Os grupos focais foram realizados no período de novembro de 2015 a agosto de 2016. Dessa forma, consideramos a técnica de pesquisa adequada para compreensão das fontes de apoio vivenciadas. O processo de mobilização para participação nos grupos focais foram realizados mediante visitas domiciliares pela equipe de pesquisa. Os grupos duraram em média de 1 hora a 1 hora e meia e foram realizados em centros comunitários, escolas, equipamentos das políticas públicas e outros. As temáticas abordadas nos grupos focais estavam relacionadas aos lugares e/ou as fontes de apoio social que as pessoas podiam contar nas horas difíceis na sua vida ou quando estavam passando por algum problema.

O material discursivo foi gravado, transcrito e submetido a leituras sucessivas. Foi utilizado o *Atlas Ti 5.2*, que é um software de análise qualitativa, para facilitar e sistematizar as análises do material discursivo. Esse processo consistiu na leitura e na identificação de categorias analíticas de apoio social que foram organizadas em: apoio familiar, apoio comunitário, apoio religioso e apoio institucional propostas por

Silva et al. (2016). Portanto, no material discursivo foram analisadas as falas em suas simetrias, contradições e omissões, como forma de aproximação da subjetividade de cada sujeito, considerado em relação ao contexto material a que se vincula. Para Uchimura e Bosi (2002), a subjetividade habita o espaço das vivências, das emoções, dos sentimentos, os quais não cabe quantificar, uma vez que expressam singularidades. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo "[informação suprimida para não identificar o(s) autor(es)]".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

APOIO FAMILIAR

A família é um espaço de apoio emocional e material e quando chega na fase da velhice também pode ser considerada como fator protetivo, auxiliando no enfrentamento das adversidades presentes no envelhecimento no contexto rural (Moraes et al., 2008). O que poder ser ressaltado com a fala: "*Eu cuidava bastante da minha mãe, dai ela morreu e fiquei cuidando do meu pai. Ai veio uma irmã minha de Santa Catarina e eu tô cuidando dela e ela tá junto comigo ainda*" (GF 2- Paraná).

As comunidades rurais destacaram o pai e a mãe como as figuras de apoio emocional no contexto familiar: "*Melhor amigo do filho é a mãe e pai então eu já aprendi isso, quando eu preciso de alguma coisa, eu corro lá...*" (GF 1- Paraná). Em outros momentos, a mãe assume a figura central no cuidado e acolhimento: "*Meu marido me largou com os menino pequeno, né? Ai eu batalhei, batalhei. Criei todos cinco. Minha sogra me ajudou*" (GF 2- Amazonas). Um espaço de segurança material no contexto de pobreza é ressaltado como uma dimensão importante do apoio familiar: "*porque às vezes minha mãe ali, ela vive só do Bolsa Família, do aposento dela também, e as vezes não tem nem o que ela comer*" (GF 4- Ceará). Na pesquisa de Estanislau et al. (2018), o apoio familiar foi apontado como a principal fonte de apoio para famílias em contextos de vulnerabilidade social.

A distribuição de tarefas domésticas dentro da família também diminui a sobrecarga de atribuições e fortalece o vínculo afetivo. Mas essa divisão só foi referida por mulheres: "*se eu chegar e falar assim, porque eu não tenho secretária, elas, (minhas filhas), faz. Uma tá com 24, tá fazendo a faculdade, a outra com 17 tá terminando, e, fazem tudo em casa*" (GF 5- Amazonas). Segundo Silva et al. (2018), a família é considerada como fonte de apoio diante das condições estressantes e de pobreza.

O ciclo de pobreza que perpassa gerações nessas comunidades rurais dificulta a permanência dos filhos na escola, gerando índices de baixa escolaridade e acesso a trabalhos com maior renda e qualificação profissional: "*... a minha mãe*

também, e ela também criou a gente sozinha, quatro filhos, trabalhando nas casas dos outros, a gente só via ela de noite. E assim, eu comecei a trabalhar nas casas dos outros aos 11 anos" (GF 5- Amazonas). Medeiros et al. (2017) explicam a existência de um círculo vicioso da pobreza no Brasil onde as regiões mais pobres não recebem investimento porque não são desenvolvidas, acentuando ainda mais o caráter de sub-desenvolvimento. Para conseguir a redução do círculo de pobreza seria necessário o fortalecimento do apoio institucional nas regiões, "pois, se o país é deixado às forças do mercado, o que se verifica é uma geração ou ampliação das desigualdades regionais" (Medeiros et al., 2017, p. 51).

Também encontramos situações que demonstram o quão difícil é para a família se confrontar com as situações de privação material, situações geradoras de angústia e desespero: "São filhos que teve filhos e largaram com a avó e a avó já tá velha e doente, viúva, abandonada (...) a pessoa já tá idosa, já tem sérios problemas e a pessoa já não tem condição de tá criando" (GF 3- Ceará). Melo e Frizzo (2017) afirmam que diante das crises familiares a família extensa pode ser chamada para apoiar, guiar ou organizar as novas funções na família, ajudando a diminuir as situações de adoecimento emocional, bem como favorecendo o suporte material.

Nas três comunidades pesquisadas, a família funcionou como suporte diante de situações de angústia e privações decorrentes dos contextos de pobreza, reiterando a sua função no suporte emocional e na segurança material.

APOIO COMUNITÁRIO

As relações comunitárias favorecem o apoio emocional, no enfrentamento das adversidades cotidianas e momentos de solidão: "A gente cria os filhos tudo pra depois não ter mais ninguém. Esse meu vazio (...) procurei ocupar, preencher esse tempo que eu tinha na escola com as minhas amigas, que é uma terapia grande" (GF 1- Amazonas). O conceito sentimento psicológico de comunidade é identificado com as relações de vizinhança sustentadas pelo suporte mútuo e sensação de segurança, que diminuem o isolamento prolongado e a superação de estilos de vida destrutivos (Amaro, 2007). Esse sentimento de pertencimento é relatado nas três localidades, quando expressam afeto pelo local onde vivem, pelas pessoas que convivem e pelos modos de vida criados por eles: "Todo mundo se ajuda, ninguém é diferente de nada. Então isso é uma coisa que a cidade tem, um ajudando o outro, coisas que em muitos lugares não é assim. Então amo aqui" (GF 1- Amazonas).

Para Abreu et al. (2016), o sentimento psicológico de fazer parte de uma comunidade está associada ao bem estar subjetivo diante de situações estressoras, encontrado principalmente em comunidades rurais, quando comparadas

com as comunidades urbanas. Esse espaço de cuidado que supera as relações familiares estritas é encontrado na fala: "Maneu, ali no meu vizinho, ele não tem hoje o dinheiro para fazer o almoço, tu pode ajudar? O Maneu dá um quilo de arroz, o Edson dá um quilo de açúcar, a irmã Zuleide pode dar três ovos" (GF 4- Ceará). Em outros momentos, a comunidade do Sul fala da realização de mutirões para os moradores reconhecidos pela vulnerabilidade econômica: "a comunidade se reuniu, né?! E ajudou com material para fazer a casinha pra ela" (GF 1- Paraná).

Mas as comunidades rurais não podem ser romantizadas como alheias aos conflitos da modernidade. Dantas et al. (2018) lembram que o contexto rural também é permeado de várias formas de violência como a violência institucional e estrutural, abrangendo disputas por terras e crimes ambientais. Os moradores das comunidades pesquisadas falam da insegurança e do medo de pessoas que chegam à comunidade que tem hábitos diferentes, que consomem drogas ou promovem brigas ou roubos: "nos finais de semana tinha gente saindo lá pelado, ali pra baixo. Sem roupa. Com droga" (GF 2- Paraná). Outra moradora fala: "com as minhas colegas, ia pra festa, a gente voltava duas/três horas da madrugada, nada de ruim acontecia. Agora, assim que a gente chega num bar, numa festa, a gente já tem a briga lá dentro mesmo" (GF 4- Amazonas).

Os moradores também percebem o desprestígio do campo, quando as pessoas da comunidade desqualificam as tradições culturais em busca de um modelo urbano: "o pessoal foi se desmotivando, porque aí só quem podia ganhar a quadrilha era que se fosse aquele pessoal bem arrumadinho (...) já tá dizendo, cultura matuta, tá dizendo que é uma coisa matuta. Aí matuto de bota?" (GF 4- Ceará).

Outro aspecto do apoio comunitário é a possibilidade de organização para empreender lutas sociais: "No lixo (na luta pela coleta do lixo) nós até que já lutamos bastante em reuniões em falatório na escola, na comunidade, já estão levando o lixo" (GF 4- Ceará). Na visão de Freitas e Montero (2003), a organização comunitária favorece o trabalho em grupo em uma comunidade. A partir disso, há uma potencialização de uma rede de apoio comunitário efetiva com ações participativas e construídas pelos envolvidos.

O apoio comunitário se apresentou como suporte diante da ausência do apoio institucional, como as creches: "tenho o nenen né, dai eles ajudam para a gente poder trabalhar, porque eles são tudo de menor, aí não tem como deixar as crianças" (GF 5- Paraná). Em outro momento surge o apoio comunitário, quando os idosos não conseguem se deslocar para pegar medicação em outra cidade pela ausência de transporte de qualidade "a senhora me dá a declaração eu vou lá e trago o medicamento pra senhora, a declaração e a

receita" (GF 5- Paraná). Nesses relatos, a presença do apoio dos vizinhos aparece como um elemento de ajuda nas horas difíceis, o que foi constatado por Silva et al. (2016) ao apontar as conversas, as partilhas de vida e as relações de solidárias no contexto das comunidades.

Nas três comunidades pesquisadas existiram poucas referências às lutas comunitárias, processos de associação ou sindicalismo, mesmo sendo relatada a falta de espaços voltados aos jovens, o desemprego, a coleta de lixo inadequada e as dificuldades no enfrentamento de questões ambientais. Portanto, o apoio comunitário nas comunidades pesquisadas se relaciona ao apoio emocional e à resolução de questões materiais que envolvam a partilha dos poucos bens disponíveis e com poucas ações de reivindicação, tendo em vista a dificuldade de acesso às políticas públicas e aos órgãos governamentais e jurídicos.

APOIO RELIGIOSO

A fé religiosa favorece uma fonte de apoio na perspectiva de segurança emocional diante de situações de angústia destacado na fala *"Deus me deu força pra vencer. Perdi minha mãe, com dois meses que eu perdi minha mãe, perdi meu marido. Mas Deus me tirou lá do fundo do poço"* (GF 4- Amazonas). Segundo Sousa et al. (2017), existe uma relação positiva entre a prática religiosa regular e a maior capacidade para lidar com circunstâncias adversas da vida. Esse conforto emocional para buscar ajuda foi visto: *"quando eu vejo uma situação que eu não sei o que eu fazer (...) primeiro eu busco o meu Deus, pra ele me dar uma guia, se eu vou procurar uma prefeitura, ou o posto de saúde"* (GF 1- Paraná).

A vinculação religiosa também pode desencadear efeitos negativos (Sousa et al., 2017) se estiver os fatores estressores compreendidos como punição divina. Para Martín-Baró (1998), a religião foi utilizada como um dos principais instrumentos de dominação social dos povos latinoamericanos, quando incorporou o fatalismo à religiosidade popular explicando que as situações de sofrimento e opressão eram da ordem do sobrenatural, e, portanto, desejadas e criadas por Deus.

Para Valla (2002), o apoio religioso é potencializado quando o apoio institucional não é expressivo. A presença das rezadeiras e benzedadeiras faz parte da cultura popular brasileira e está relacionado com a dificuldade de acesso às políticas públicas de saúde contextos rurais, como pode ser observado no relato: *"benzedor tem. Faz parte da comunidade. Tem, mas é que aqui, a um tempo atrás a gente não tinha médico, então era mais complicado, mas agora não, tem a doutora Tatiana que tá sempre ai com nós"* (GF 2- Paraná). Estanislau et al (2018) também encontraram a presença das rezadeiras como apoio religioso em relatos advindos de comunidades urbana e rural do Nordeste.

Em outras situações, na ausência do apoio institucional, a fé religiosa funcionou como "elemento apaziguador das tensões sociais e do sofrimento psíquico" (Ximenes & Cidade, 2016, p. 135) como uma forma de resistência do sujeito às situações cotidianas de dor e opressão: *"Quem tem dinheiro vai pra Fortaleza. Quem não tem nada, aí tem que se apegar com Deus"* (GF 3- Ceará). A religião na perspectiva da espiritualidade como apoio social ainda se mostra nas comunidades rurais em situação de pobreza um campo de consolo existencial, articulando-se também à uma visão política de submissão e individualismo. Apoio institucional Para Lacerda (2010), as instituições que favorecem o apoio social devem favorecer a abertura ao diálogo e o respeito aos diferentes saberes, capaz de favorecer a saída do papel de passividade de usuário de um serviço para agente crítico que luta por seus direitos. As instituições de educação são vistas como oportunidades de construção de criticidade *"esse ciclo tá sendo quebrado é a educação, né? Que é uma das ferramentas, não é a única, né? Mas é uma das ferramentas. Que é a pessoa esclarecida"* (GF 3- Ceará).

Cirilo et al. (2017) denunciam que a implementação das instituições de assistência, não atenta para as barreiras físicas e geográficas que dificultam ou impedem o acesso aos equipamentos, reforçando as vulnerabilidades sociais dos moradores nos contextos rurais. Essas barreiras dificultavam o acesso das comunidades rurais aos serviços de referência na área de saúde: *"Precisava ter que ir pra fora. E aí fica difícil pra quem não ganha um salário, né?"* (GF 4- Amazonas). Ao permanecer na zona rural, os moradores denunciavam a precariedade na assistência à saúde *"O médico vai só uma vez por mês, então você só pode adoecer uma vez por mês"* (GF1- Ceará). Ao mesmo tempo, as comunidades reconhecem a melhoria no acesso à saúde e a diversidade de serviços ainda oferecidos: *"o transporte, a estrada é ruim, mas tem transporte. Antigamente não existia transporte. Tem colégio, tem posto de saúde, tem médico, tem enfermeiro"* (GF 4- Ceará). Apesar da melhoria no acesso às instituições, aspecto enfatizado por Pereira Júnior e Campos (2014), os entrevistados ressaltam a insuficiência do quantitativo disponível, de profissionais e de insumos para o seu pleno funcionamento. Para que exista apoio institucional, os métodos e estratégias de gestão devem ser orientados para o acolhimento e a ampliação do acesso com qualidade aos serviços.

Outra fonte de apoio institucional discutida nos grupos focais foi o Programa Bolsa Família que tem favorecido famílias em situação de extrema pobreza *"Então, aqui só não passam fome por causa da Bolsa Família, né?"* (GF 2- Amazonas). Prado, et al. (2017) atestam que a transferência de renda decorrente de programas sociais impacta positivamente na possibilidade de consumo e condições de acesso à saúde e educação, sendo as condições de pobreza preditoras da ampliação de situações de estresse, problemas de saúde e transtornos mentais.

A pesquisa encontrou também em várias falas a culpabilização dos sujeitos (Cidade et al., 2012) que eram usuários do benefício do Programa Bolsa Família, sustentando um discurso meritocrático que naturaliza as desigualdades sociais: "... quem não trabalha, ele consegue arrumar uma Bolsa Família. Ele consegue arrumar um encosto, ele ganha as coisas fá-cil" (GF 5- Paraná). Ao mesmo tempo em que existe a crítica à política de transferência de renda, reconhecem a falta de oportunidades reais para a manutenção das pessoas no campo: "Pra eles ficarem aqui, né, falta emprego (...) eu co-locaria a fonte de renda para os jovens, né, para alguém que não tem o Bolsa Família, não tem o aposento, vive de quê?" (GF 2- Ceará).

Nas comunidades pesquisadas, os equipamentos de apoio institucional na área de Assistência Social foram os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS). Esses equipamentos estavam distribuídos em três na cidade da região Nordeste, dois na cidade da região Norte e dez na cidade da região Sul. Esse fato retrata uma discrepância na rede de apoio de políticas públicas das regiões mais pobres que estão no Norte e Nordeste em detrimento à região Sul, já que essas políticas estão voltadas para atender a essa população. A falta de apoio institucional foi referida de forma sistemática, e quando existem instituições estas desenvolvem, em sua maioria, ações assistencialistas onde o sujeito em condição de pobreza é visto como sujeitos passivos e sem possibilidade de reconhecerem em si próprios recursos para serem autônomos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Problematizar a compreensão das comunidades rurais em contextos de pobreza desafia-nos a refletir sobre os processos de opressão e libertação diante de uma realidade complexa, em que a família, a comunidade, a religião e as instituições se configuram como fontes de apoio. As fontes de apoio utilizadas são marcadas pelo desenvolvimento da afetividade e socialização dos poucos bens materiais disponíveis, tendo a família e as relações de vizinhança como suporte. A espiritualidade, enquanto apoio religioso se configurou como consolo existencial importante, ampliado na precarização de políticas públicas. O Programa Bolsa Família foi referido em todas as comunidades rurais como uma política pública importante diante da falta de oportunidades reais para a manutenção das pessoas no campo, sendo os moradores atravessados por frágil consciência de direitos apesar da contundência em denunciar a falta de apoio institucional.

Ressaltamos a necessidade de maior pesquisa sobre o apoio social em comunidades rurais na perspectiva dos atores institucionais que gerenciam as políticas públicas nos

contextos de pobreza, para compreender as interpretações que são construídas sobre esse campo de trabalho e suas implicações para o desenvolvimento de processos de fortalecimento dos sujeitos.

Estudar o apoio social em comunidades rurais marcadas pela pobreza em três contextos brasileiros intenta superar a marca deixada por muitos estudos que identificam a pobreza apenas como ausência, carência e limitações, mas esquecem de reconhecer a existência de potencialidades e enfrentamento.

CONTRIBUIÇÃO DE CADA AUTOR

V. M. X. coordenou a pesquisa, obteve o financiamento, realizou a coleta de dados, organizou a análise dos dados, contribuiu para a conceitualização e realizou a redação final (revisão e edição) do artigo; M. A. A. S. C analisou os dados e discutiu teoricamente a partir de determinadas categorias, coordenou o desenvolvimento do artigo e realizou a redação final (revisão e edição) do artigo; K. S. A. realizou transcrição de alguns grupos focais, analisou os dados e discutiu teoricamente a partir de determinadas categorias; B. C. B. e D. M. L. V. analisaram os dados e discutiram teoricamente a partir de determinadas categorias.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao CNPq pelo financiamento da pesquisa e a equipe de professores, estudantes de graduação e de pós-graduação que contribuíram com a coleta de dados.

DECLARAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflitos de interesse no manuscrito submetido. [A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal do Ceará, CAAE n.46474715. 5.1001. 5054 e Parecer 1.233. 648].

DECLARAÇÃO DE FINANCIAMENTO

A pesquisa relatada no manuscrito foi financiada pela Chamada Universal MCTI/ CNPq 14/2013 (processo: 477986/2013-7) e pela bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ-CNPq) da primeira autora.

REFERÊNCIAS

- Abreu, D. P. de, Viñas, F., Casas, F., Montserrat, C., González-Carrasco, M., & Alcantara, S. C. de. (2016). Estressores psicossociais, senso de comunidade e bem-estar subjetivo em crianças e adolescentes de zonas urbanas e rurais do Nordeste do Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 32(9), 1-12. <https://dx.doi.org/10.1590/0102-311X00126815>
- Amaro, J.P. (2007). Sentimento Psicológico de Comunidade: uma revisão. *Análise Psicológica*, 1(25), 25-33. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/93/1/AP%2025%281%29%2025-33.pdf>
- Andrade, M. A. C., Barros, S. M. M. de, Maciel, N. P., Sodré, F., & Lima, R. de C. D. (2014). Apoio institucional: estratégia democrática na prática cotidiana do Sistema Único de Saúde (SUS). *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18 (Suppl. 1), 833-844. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0222>
- Buainain, A. M., Dedecca, C. S., Neder, H. D. (2013). Características Regionais da Pobreza Rural no Brasil: Algumas Implicações para Políticas Públicas. In: Buainain, A. M., Dedecca, C. S., & Neder, H. D. (Orgs.), *A Nova Cara da Pobreza Rural: Desenvolvimento e a Questão Regional* (Série desenvolvimento rural sustentável; v.17). (pp. 57-110). Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
- Cidade, E., Moura Júnior, J. F. & Ximenes, V. M. (2012). Implicações psicológicas da pobreza na vida do povo latino-americano. *Psicol. Argum.*, 30 (68), 87-98. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20087>
- Cirilo Neto, M. & Dimenstein, M. (2017). Saúde Mental em Contextos Rurais: o Trabalho Psicossocial em Análise. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 461-474. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002542016>
- Dantas, C. M. B., Dimenstein, M., Leite, J. F., Torquato, J. & Macedo, J. P. (2018). A pesquisa em contextos rurais: desafios éticos e metodológicos para a psicologia. *Psicologia & Sociedade*, 30, 1-10. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30165477>
- Estanislau, A., Feitosa, M.Z.S., Ximenes, V.M., Silva, A.M.S., Araújo, M.S., & Bomfim, Z. A. C. (2018). Apoio social: modo de enfrentamento às vivências de humilhação e de vergonha em contextos de pobreza. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 13(2), 1-17. http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/revista_ppp/article/view/2968
- Freitas, M. G. de, & Montero, M. (2003). Las redes Comunitarias. In: Montero, M (Org.), *Teoría e Práctica de La Psicología Comunitaria: La tensión entre comunidad y sociedade* (pp. 173-201). Ed. Paidós.
- Gonçalves, T. R., Pawlowski, J., Bandeira, D. R., & Piccinini, C. A. (2011). Avaliação de apoio social em estudos brasileiros: aspectos conceituais e instrumentos. *Ciência & Saúde Coletiva*, 16(3), 1755-1769. <https://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000300012>
- Lacerda, A. (2010). *Redes de apoio social no Sistema da dádiva: um novo olhar sobre a integralidade do cuidado no cotidiano de trabalho do agente comunitário de saúde* [Tese de Doutorado, Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca]. Fundação Oswaldo Cruz. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/12846>
- Loose, E. B., & Niederle, P. A. (2014). Representações sobre ruralidade no Brasil: Uma análise do programa Globo Rural. *Campo e território: revista de geografia agrária*, 9(17), 695-714. <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/23667/14403>
- Martín-Baró, I. (1998). *Psicología de la Liberación*. Editorial Trota.
- Mattos, E. J., & Santos, A. M. A. (2017). Pobreza rural na região Nordeste do Brasil: uma perspectiva além da renda. *Revista Espacios*, 38 (14), 8-24. http://meriva.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/10502/2/Pobreza%2%A0rural%2%A0na%2%A0regiao%2%A0Nordeste%2%A0do_Brasil_%2%A0uma%2%A0perspectiva%2%A0alem%2%A0da%2%A0renda.pdf
- Medeiros, B. T. de, Deponti, C. M. & Kist, R. B. B. (2017). O círculo vicioso da pobreza no Brasil: uma análise da estratégia do programa Bolsa Família nos municípios do Corede do Vale do Rio Pardo. *Revista Grifos*, 26 (42), 47-75. <http://dx.doi.org/10.22295/grifos.v26i42.3352>
- Melo, D. da S., & Frizzo, G. B. (2017). Depressão, ansiedade e suporte familiar para mães na primeira hospitalização dos filhos. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 18(3), 814-827. <https://dx.doi.org/10.15309/17psd180315>
- Meneses, M. P. R. (2010). Conceitos sobre redes sociais no paradigma ecossistêmico. In: Sarriera, J. C. & Saforcada, E. T. (Orgs.), *Introdução à psicologia comunitária: bases teóricas e metodológicas* (pp. 97-112). Sulina.
- Morais, E.P. de, Rodrigues, R. A. P. & Gerhardt, T. E. (2008). Os idosos mais velhos no meio rural: realidade de vida e saúde de uma população do interior gaúcho. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(2), 374-383. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000200021>
- Pereira Junior, N.; Campos, G. W. de S. (2014). O apoio institucional no Sistema Único de Saúde (SUS): os dilemas da integração interfederativa e da cogestão. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 18 (Suppl. 1), 895-908. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-57622013.0424>
- Prado, M. do, Calais, S., & Cardoso, H. (2017). Stress, Depressão e Qualidade de Vida em Beneficiários de Programas de Transferência de Renda. *Interação em Psicologia*, 20(3). <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v20i3.35133>
- Sen, A. (2000). *Desenvolvimento como liberdade*. Companhia das Letras.
- Silva, L. B. da, Feitosa, M. Z. de S., Nepomuceno, B. B., Silva, A. M. S., Ximenes, V. M., & Bomfim, Z. A. C. (2016). Apoio social como modo de enfrentamento à pobreza. In: V. M. Ximenes, B. B. Nepomuceno, E. C. Cidade & J. F. Moura Jr (Orgs.), *Implicações Psicossociais da Pobreza* (pp. 289-310). Expressão.

- Silva, K. de B., & Macedo, J. P. (2017). Psicologia e Ruralidades no Brasil: contribuições para o debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703002982016>
- Silva, N. da, Batista, J., Galdino, M., & Barros, S. de. (2018). Suporte familiar e sintomatologia depressiva e ansiosa em mulheres com obesidade. *Interação em Psicologia*, 22(1). <http://dx.doi.org/10.5380/psi.v22i1.47051>
- Sousa, F. F. de P. R. D., Freitas, S. M. F. de M., Farias, A. G. da S., Cunha, M. da C. dos S. O., Araújo, M. F. M. de, & Veras, V. S. (2017). Enfrentamento religioso/espiritual em pessoas com câncer em quimioterapia: revisão integrativa da literatura. *SMAD. Revista eletrônica saúde mental álcool e drogas*, 13(1), 45-51. <https://dx.doi.org/10.11606/issn.1806-6976.v13i1p45-51>
- Toigo, C. H., & Conterato, M. A. (2017). Pobreza, Vulnerabilidade e Desenvolvimento no Território Rural Zona Sul: o que aponta o Índice de Condição de Vida? *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 55(02), 267-284. <https://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790550204>
- Uchimura, K. Y., & Bosi, M. L. M. (2002). Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(6), 1561-1569. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000600009>
- Valla V. V. (1999). Educação popular, saúde comunitária e apoio social numa conjuntura de globalização. *Cad. Saúde Pública*, 15 (sup. 2), 7-14. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-311X1999000600002>
- Valla, V. V. (2000). Redes sociais, poder e saúde à luz das classes populares numa conjuntura de crise. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 4(7), 37-56. <https://dx.doi.org/10.1590/S1414-32832000000200004>
- Valla, V. V. (2002). Pobreza, emoção e saúde: uma discussão sobre pentecostalismo e saúde no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 19, 63-75. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100006&script=sci_abstract&lng=pt
- Ximenes, V. M., & Cidade, E. C. (2016). Juventude e pobreza: implicações psicossociais do fatalismo. *Interamerican Journal of Psychology*, 50 (1), 128-136. <http://dx.doi.org/10.30849/rip/ijp.v50i1.77>
- Ximenes, V. M., & Moura Júnior, J. F. (2013). Psicologia Comunitária e comunidades rurais do Ceará: caminhos, práticas e vivências em extensão universitária. In: J. F. Leite & M. Dimenstein (Orgs.), *Psicologia e Contextos Rurais* (pp. 453-476). EDUFRN.
- Wanderley, M. N. B. (2000). A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas - o "rural" como espaço singular e ator coletivo. *Estudos sociedade e agricultura*, 15 (87), 87-146. <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>

Submetido em: 08-11-18
1ª decisão editorial: 01-05-2020
Aprovação: 13-05-2020